



*Agenda 150 Anos de Memória
Histórica do Tribunal Bandeirante*

*Homenagem ao
Desembargador Marcos Nogueira Garcez*

23/09/2015

ÍNDICE

Clique nas chamadas para ser remetido para a página onde se localiza o texto

DISCURSO - Des. Artur Marques da Silva Filho (Orador em nome do Tribunal de Justiça de São Paulo)

DISCURSO PROFERIDO EM NOME DA FAMÍLIA - Maria Antonietta Wertheimer (viúva do homenageado)

ENCERRAMENTO - Des. José Renato Nalini (Presidente do Tribunal de Justiça)

A Corte paulista, em cerimônia realizada no Palácio da Justiça, homenageou o desembargador Marcos Nogueira Garcez, em continuidade à Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante.

A humildade, a coragem e a fé presentes na vida do desembargador Marcos Nogueira Garcez foram lembrados por magistrados e familiares, em evento da Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante, realizada no Salão do Júri do Palácio da Justiça.

Marcos Nogueira Garcez nasceu em São Paulo, em 1919. Formou-se pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, turma de 1944. Foi funcionário da Secretaria da Fazenda do Estado e delegado de polícia. Ingressou na Magistratura em 1947. Foi juiz em Lorena, Santa Rita do Passa Quatro, Monte Aprazível, São Carlos e na Capital. Em 1967 foi promovido a juiz do Tribunal de Alçada de São Paulo e, dez anos depois, tornou-se desembargador do TJSP. Foi corregedor-geral da Justiça em 1984, e presidente do TJSP a partir de dezembro/86 até completar o biênio 1986/87. Aposentou-se em 1988. Faleceu em 1995. Em 2015, a biblioteca do Tribunal de Justiça, localizada no prédio dos gabinetes da Seção de Direito Público – GADE MMDC, recebeu o seu nome.

O presidente da Seção de Direito Privado, desembargador Artur Marques da Silva Filho, foi o orador em nome da Corte:

Introdução

Senhoras e Senhores:

1. Hoje tenho a honra de contribuir no projeto “Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”, que tem por objetivo resgatar a lembrança daqueles magistrados que por sua vida e feito engrandeceram o Poder Judiciário de São Paulo e continuam a servir como ideal e inspiração para todos os que agora estamos encarregados do árduo ofício de julgar.

2. Essa honra é também uma tarefa de grande responsabilidade. O tempo e a lembrança do tempo sempre são bens muito preciosos para tanto. Além disso, ao receber a incumbência de traçar uma retrospectiva histórica do eminente desembargador MARCOS NOGUEIRA GARCEZ, senti uma dupla emoção.

A primeira, o receio de não conseguir retratá-lo com fidedignidade, como merece o que ele representa para o Tribunal de Justiça de São Paulo.

A segunda, a apreensão diante do encargo de resumir uma vida repleta de lições e exemplos dignificantes, de humildade, de fé, de esperança e de religiosidade.

3. Num discurso que proferiu em 23 de dezembro de 1987, a uma semana do término de seu mandato como presidente deste Tribunal, MARCOS NOGUEIRA GARCEZ observou que “a vida dos heróis nunca se desvela de todo”.¹

4. Vemos hoje, depois de quase trinta anos, que essa afirmação tinha algo de profético. Ela pode ser aplicada, com inteira justiça, à vida do próprio desembargador MARCOS NOGUEIRA GARCEZ.

De um lado, a sua vida foi verdadeiramente heroica, pois foi vivida naquele *heroísmo das pequenas coisas* que corresponde ao preceito de Cristo que antes de mais nada obriga a manter a melhor parte² da vida espiritual *in abscondito*, em segredo.³

1 Discurso proferido por ocasião da outorga do Colar “Cruz de João Ramalho”.

2 Lucas 10, 42.

3 Mt 6, 3-4; Mt 6, 6; Mt 6, 17-18.



De outro lado, por isso mesmo que foi cultivada no heroísmo das pequenas coisas, a vida do desembargador MARCOS NOGUEIRA GARCEZ é difícil de desvelar, à semelhança de um tesouro bem oculto, zelosamente protegido. Aliás, todos os depoimentos que temos a seu respeito indicam-no como *simples e reservado*.

5. Vamos tentar, portanto, revelar em que consistiu esse heroísmo das pequenas coisas, tomando a ousadia de entrar na intimidade de MARCOS, e apresentar alguns aspectos de sua família, de seu casamento e de sua profissão. Desde logo peço escusas por eventuais falhas ou desacertos.

A vocação familiar

6. MARCOS sintetizou o valor que atribuía à família num trecho de discurso proferido em 1977. Disse: “A Deus Nosso Senhor agradeço... a fé que através de pais extremosos me concedeu... Agradeço a dádiva de me haver criado numa família verdadeiramente cristã”.⁴

7. MARCOS nasceu, no seio dessa família, em 13 de agosto de 1919, nesta cidade de São Paulo, numa casa situada na Rua Taguá.

8. Ele foi o quarto dos dez filhos de dona Maria Dulce Nogueira Garcez e do engenheiro Isac Pereira Garcez. Sua mãe descrevia-o como “filho de ouro”, pela sua constante disponibilidade em ajudar no que fosse necessário. Estava sempre pronto para atendê-la.

9. Dentre os dez filhos de dona Maria Dulce e de Isac, *Lucas*, o mais velho, foi pai de dois filhos. Era engenheiro e professor. Foi governador do Estado de São Paulo, presidente das Centrais Elétricas de São Paulo e, depois, da Eletropaulo.

Matheus, por sua vez, além de sacerdote, ordenado em Roma, foi professor de latim e grego na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A vocação religiosa também foi seguida pelas irmãs *Maria Teresa* e *Maria do Carmo*. Ambas, carmelitas descalças, tiveram papel de destaque na história da Ordem em São Paulo, porque em 1951 fundaram o Carmelo de Piracicaba.

O irmão *Isac* foi fiscal de rendas, e professor de filosofia no Colégio Dante Alighieri e no Colégio Caetano de Campos. *Maria Cecília* foi professora.

Em *Maria Dulce*, *Maria Emiliana* e *Maria Helena*, além do amor à cultura que se percebe em toda a família, vicejou também uma intensa correspondência à vocação do matrimônio: contam somente elas, ao todo, vinte e seis filhos!

Gostaríamos de nos deter em narrar um pouco mais sobre cada um deles, mas o tempo não nos permite. Tenho convicção sincera de que a esses dez irmãos bem se podem chamar de *íncrita geração*, para usar certo epíteto de Camões quando menciona a descendência de D. João I e dona Filipa de Lencastre.⁵

10. Do pai Isac Pereira Garcez ainda se recorda, dentre outras coisas, que era um homem que apreciava a leitura e a cultura. Esse traço se revelou em todos os dez filhos. Mas também se recorda que era um homem reservado, e a isso puxou, muito especialmente, o filho MARCOS. Tanto era assim, que no seio da família se esperava que seria ele, MARCOS, e não o irmão Matheus, mais expansivo, quem seguiria a carreira eclesiástica – e foi este, e não MARCOS, que terminou por ordenar-se.

A propósito, essa reserva manifestou-se também na forma como MARCOS vivenciou sua fé profunda. A esse respeito, disse Nereu César de Moraes em 1988: “Sua religião ele a professa com a mesma discrição que sempre exercitou tudo aquilo que fez em sua vida, ou seja, com amor acendrado, mas com o recato todo pessoal, tornando a sua fé não uma ostentação, mas algo que realiza para o engrandecimento da sua alma”.

II. Da casa paterna podemos presumir que MARCOS herdou não somente a fé, o gosto pela cultura, e o

4 Discurso proferido por ocasião de sua posse como desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

5 *Os Lusíadas*, IV, 50.



recato, como ainda o espírito conciliador, compreensivo e tolerante.

MARCOS depois passou a sua juventude no endereço da Rua Fagundes, num casarão de seus avós maternos. Conquanto os pais de MARCOS fossem profundamente católicos, naquela casa se vivia num ambiente verdadeiramente ecumênico: um primo da mãe era adventista; um outro primo, irmão do mencionado, era comunista; assim como outro irmão que era espírita; e um ainda que era padre!

Esse espírito conciliador e tolerante MARCOS manteve-o por toda a vida, na família e fora dela, em qualquer espécie de assunto, religioso ou não.

12. MARCOS frequentou o curso ginásial no Colégio de Nossa Senhora do Carmo, entre 1932 e 1936. Em sua juventude, também estudou francês, e a influência da língua gálica foi sempre presente: a perfeita clareza de sua expressão oral e escrita sobre sua pessoa não é desprezível: com certeza, podemos creditar a profunda clareza de sua expressão oral e escrita também ao domínio do idioma francês.

13. Depois de completar o ginásial, MARCOS preparou-se para o vestibular no Colégio Universitário da Faculdade de Direito, entre 1937 e 1938, e foi admitido como estudante de direito no ano seguinte, em 1939.

A vocação matrimonial

14. Quando ainda cursava o 2º ano da Faculdade de Direito, em 1940, MARCOS começou a trabalhar como escriturário da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Foi nessa função que, em 12 de dezembro de 1940, conheceu dona Maria Antonietta Wertheimer, sua esposa.

15. Ambos haviam prestado o mesmo concurso para a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Aprovados, foram trabalhar na mesma repartição. Nessa repartição confeccionavam-se todos os recibos passados pelo Estado de São Paulo, serviço desgastante que a fazia ser conhecida como a “*Sing-Sing* da Secretaria da Fazenda”. Entretanto, o horário era flexível e os estudantes podiam repor horas.

Em seu primeiro dia de trabalho na repartição, Maria Antonietta ficou para trás na hora do café (na “hora do veneno”, como se dizia), pois, ao entrar o servente com o café, todos se levantaram, mas ela não sabia do que se tratava. Foi então que MARCOS (“Um moço risonho e educado”) lhe trouxe uma xícara e apresentou-se. MARCOS disse que a hora do café era a hora da “tourada”.

Maria Antonietta morava, então, na Rua Gabriel Monteiro da Silva (naquele tempo, Rua Dona Hipólita). Fragilizada pelo longo percurso diário, mudou-se de repartição, transferindo-se para a Rua Quinze de Novembro, no centro.

Entre a data em que se conheceram e o casamento transcorreram oito anos. Em 8 de setembro de 1948, quando MARCOS já era juiz substituto, ambos se casaram. Quase trinta anos depois, ao tomar posse como desembargador, MARCOS não mediu palavras: Maria Antonietta, disse, é “... esposa compreensiva e dedicada, suavidade e ternura dos dias de meu peregrinar”. Com efeito, Maria Antonietta acompanhou-o por todo o interior, desde os dias de juiz substituto e pela primeira comarca, em Santa Rita do Passa Quatro, onde – ela relembra – MARCOS gostava de passear pela praça central e ouvir a música que se tocava no coreto.

A vocação profissional

16. Como MARCOS sempre disse, ele estudou Direito para ser juiz. No vestibular para a Faculdade de Direito de São Paulo, deu-se uma cena curiosa, ligada à boa cultura geral de MARCOS e à influência da cultura francesa em sua vida.

Havia exame oral e o examinador que tinha de arguilo sobre língua francesa perguntou-lhe se estava lendo algum livro. MARCOS respondeu que tinha acabado de ler *Les Lettres de Mon Moulin*, de Alphonse Daudet. O examinador deu-se por satisfeito, e não perguntou mais nada.



17. MARCOS concluiu os estudos da Faculdade de Direito em 1943, e colou grau em 14 de janeiro de 1944.

18. Entre novembro de 1945 e junho de 1947, MARCOS, até então escriturário da Secretaria da Fazenda, exerceu a função de delegado de polícia, primeiro em Americana, e depois em São Caetano do Sul.

Um episódio da sua vida como delegado revela seu espírito conciliador. Desenrolava-se então uma greve no ABC. Como MARCOS já tinha fama de pacificador e de pessoa tranquila, foi chamado para São Caetano do Sul e, em virtude de seu espírito pacificador, em dois dias encerrou-se a greve!

19. Após aguardar a idade de 28 anos (mínimo para ingresso na Magistratura), MARCOS tornou-se juiz de direito em junho de 1947, quando foi aprovado em concurso público.

Nomeado juiz substituto da circunscrição de Lorena, promoveu-se sucessivamente para Santa Rita do Passa Quatro, Monte Aprazível, São Carlos e para a Capital, onde foi juiz da 4ª Vara da Família e das Sucessões.

20. Alguns episódios retratam com que espírito de serviço e entrega MARCOS desempenhou, desde o princípio, o ofício de magistrado.

MARCOS sempre afirmou que, quanto às promoções na carreira, ele não as procurava, nem as recusava. Como viria a afirmar na sua carta de aposentadoria, ele percorreu, com interesse e alegria, mas sem açodamentos, todos os degraus da Magistratura, até o ápice.

No interior, certa feita MARCOS teve de tomar o trem e, depois, uma jardineira para chegar à sede da comarca. Da jardineira desembarcaram ele próprio e um senhor com mais idade. Ambos se dirigiram ao único hotel lá existente. Havia um só quarto disponível, mas o atendente dispôs-se a colocar um colchão no corredor, se algum dos dois concordasse em dormir ali. Considerando a idade da outra pessoa, MARCOS concordou em alojar-se dessa forma, e assim passou a noite. No dia seguinte, já no fórum, recebeu em audiência esse mesmo senhor, advogado que viera à comarca para despachar um processo e, constrangido, via agora que o próprio juiz concordara em dormir no chão, em respeito à sua idade!

MARCOS trabalhava muito, e o serviço não se acumulava em suas mãos. Ele chegou a dizer que ao longo da vida gostaria de ter viajado mais; porém, o trabalho não lhe permitiu. Quando ele já estava de volta a São Paulo, certa vez alguém da vizinhança disse que por ali morava um homem estranho, que ao acordar começava a escrever, e continuava escrevendo até à noite. Esse “homem estranho” era o próprio MARCOS, trabalhando horas a fio!

21. MARCOS promoveu-se a desembargador do Tribunal de Justiça em 1977. Antes fora juiz substituto em segundo grau (1964-1967) e juiz do Tribunal de Alçada (1967-1977).

No Tribunal, ocupou os cargos de Corregedor Geral da Justiça (em 1984 e 1985), 1º Vice-Presidente (em 1986) e de Presidente do Tribunal (em 1987).

Também participou de banca de concurso e foi inspetor da biblioteca do Tribunal, a qual leva o seu nome desde 11 de junho de 2015.

Na ocasião, dois ilustres desembargadores proferiram orações: Ricardo Henry Marques Dip e o nosso Presidente José Renato Nalini. Ambos, com maiores elementos, disseram da santidade, além de outros predicados do nosso eminente homenageado.

22. Outros dois episódios demonstram como MARCOS via, vivenciava e executava as suas funções de desembargador e de Presidente de Tribunal de Justiça.

Em primeiro lugar, MARCOS ficou conhecido por não querer, jamais, valer-se de nenhum recurso do Tribunal que não servisse direta e exclusivamente ao bem do serviço público.

Em segundo lugar, essa humildade (porque era verdadeira) nunca foi fraqueza, pelo contrário. Durante a



greve de 1987, ele demonstrou, perante o próprio governo do Estado de São Paulo, empenho pela melhoria salarial dos funcionários, a quem sempre defendeu, e pelos quais sempre foi admirado.

A esse respeito, Sylvio do Amaral afirmou: “Exercendo a Presidência do Tribunal num dos períodos mais conturbados da sua história, o Desembargador Nogueira Garcez, precisou e pôde empregar na defesa do Poder Judiciário, invejáveis qualidades de Juiz e de homem, que sempre caracterizaram a sua judicatura. A firmeza e a intrepidez postas na luta pelos princípios e interesses confiados à sua guarda como chefe do Poder Judiciário do Estado, a competência e a serenidade com que enfrentou e superou o desafio da má informação, o invejável espírito de tolerância inspirado por sólida formação cristã, são cores que marcaram a sua presidência e a fizeram respeitada dentro e fora do Tribunal”.

O depoimento dos colegas

23. Os colegas e contemporâneos de MARCOS depõem em uníssono sobre as excelências de sua personalidade e de sua vida.

O poeta Paulo Bomfim, em 1987, foi enfático ao referir MARCOS como exemplo de “viver cristão”.

O juiz João del Nero, em 1977, descreveu-o não só como um “cristão puro, sem jaça”, como ainda afirmou: “penso que posso, coerentemente, aplicar ao dileto irmão as palavras do evangelista aplicadas a Nosso Senhor: ‘tudo ele fez bem’”.

O desembargador Luiz Benini Cabral observou, corretamente, que MARCOS é “modelo de inexcédível formação profundamente religiosa.”

O juiz Antônio Alberto Alves Barbosa, sem nenhum erro, sintetizou: MARCOS é um “juiz santo”.

Epílogo

24. Ao aposentar-se, em janeiro de 1988, MARCOS declarou que a Justiça de São Paulo o enriquecera, “a mancheias, com o exemplo de seus grandes juízes e a amizade de inúmeros deles”.

Em verdade, passados esses anos, e colocadas as coisas na perspectiva do tempo, nós hoje podemos dizer que é o exemplo de MARCOS NOGUEIRA GARCEZ que nos enriquece e fortalece nossos ideais. Amor à educação e à cultura, humildade, desprendimento, entrega à causa da justiça, amor pelos seus, caridade para com os que entregam sua vida à decisão da justiça, trabalho duro, preocupação com correto desempenho funcional e, sobretudo, amor a Deus, em que está escondida a nossa vida verdadeira:⁶ eis aí o programa completo para um Judiciário valoroso, e para um Brasil melhor.

Muito obrigado!

Maria Antonietta Wertheimer Garcez, viúva do desembargador, agradeceu a homenagem em nome da família:

Excelentíssimo Senhor Desembargador José Renato Nalini, DD. Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo,

Excelentíssimo Senhor Desembargador Artur Marques da Silva Filho, DD. Presidente da Seção de Direito Privado do mesmo Tribunal,

Demais autoridades aqui presentes,

Senhoras e Senhores,

Inicialmente, quero expressar a alegria de poder participar deste evento, parte integrante da “Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal Bandeirante”. O glorioso Tribunal de Justiça de São Paulo, nesta longa



história de defesa do Direito e da Justiça, tem se mostrado líder incontestado dos avanços do Judiciário no Brasil. A todos os integrantes do Tribunal que aqui estão, representando tantas gerações de desembargadores, juizes e funcionários empenhados no bem comum, nossa homenagem sincera.

Não “ouso” fazer aqui um discurso; porém, de modo informal, mas de todo coração, na qualidade de viúva do homenageado, Marcos Nogueira Garcez, e de representante, neste ato, de suas irmãs, Maria Emiliana Nogueira Garcez Ghirardi e Maria Helena Nogueira Garcez da Silva, dos filhos e sobrinhos destas e ainda dos sobrinhos por afinidade, da família Wertheimer, venho agradecer, profundamente sensibilizada, as generosas palavras dos ilustres oradores.

Tanto maior é nosso reconhecimento pelo fato de nosso querido Marcos, aposentado já há 27 anos (!), ainda ser lembrado com tanto carinho, não só pelos caríssimos idealizadores e organizadores deste evento, como também por tantos colegas da Magistratura, Promotores, advogados, funcionários desta casa e outros amigos.

Após ouvir o orador nesta comovedora homenagem, sentimos ainda mais fortemente a presença de nosso amado Marcos, especialmente nesta Casa em que ele exerceu sua vocação com tanto empenho e alegria. É reconfortante sabê-lo lembrado por aqueles que o sucederam.

Finalizando, peço a todos aqui presentes que aceitem nosso comovido abraço.

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador **José Renato Nalini**, encerrou a cerimônia e afirmou que a **Agenda 150 Anos de Memória Histórica do Tribunal de Justiça Bandeirante** tem mostrado à juventude que o Tribunal de Justiça de São Paulo tem muito a se orgulhar. “Tive a ventura de conviver com o desembargador Marcos e testemunhei provas de sua bondade e coragem.”

Prestigiaram o evento o vice-presidente do TJSP, desembargador Eros Piceli, o presidente da Seção de Direito Público, desembargador Ricardo Mair Anafe; o presidente da Seção de Direito Criminal, desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco; o ex-corregedor-geral e ex-vice-presidente do TJSP, desembargador Antonio Carlos Munhoz Soares; a esposa do desembargador Artur Marques da Silva Filho, Antonieta Gavião Almeida Marques da Silva; o presidente da Academia Paulista de Magistrados, desembargador Renato de Salles Abreu Filho; o juiz assessor e chefe do Gabinete Civil da Presidência, Ricardo Felício Scaff; os juizes assessores da Presidência Kleber Leyser de Aquino, Maria de Fatima Pereira da Costa e Silva e Fabio Eduardo Basso; os juizes assessores da Seção de Direito Privado Décio Luiz José Rodrigues, Fábio Aguiar Munhoz Soares, Josué Modesto Passos, Maurício Fossen, Olavo de Oliveira Neto e Ronnie Herbert Barros Soares; o gerente-geral da Associação dos Registradores das Pessoas Naturais do Estado de São Paulo – Arpen-SP, Marcos Pimentel da Silveira, representando o presidente; o chefe de gabinete da Presidência e decano da Academia Paulista de Letras, poeta Paulo Bomfim; o chefe da Assessoria Policial Militar do TJSP, coronel PM Washington Luiz Gonçalves Pestana; a irmã do homenageado, Maria Helena Nogueira Garcez da Silva; demais familiares, autoridades civis e militares, magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos, advogados, convidados e servidores.

